

Os futuros do passado: o resgate da interpretação como possibilidade de crítica da contemporaneidade em Freud, Levinas, Bloch e Benjamin

Luciano Assis Mattuella

Orientador: Prof. Dr. Souza, Ricardo Timm (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4367

RESUMO

Neste trabalho procuramos apresentar a tese de que devido à ruptura que fizemos com relação ao nosso passado somos incapazes, hoje em dia, de interpretarmos a nossa história a fim de sustentar uma narrativa de futuro aberta à alteridade, ou seja, à própria subjetividade. Tomamos como ponto de partida a preocupação com a capacidade que ainda temos de interpretar a nossa história, de traduzi-la em uma narrativa que nos autorize a ocupar o lugar de críticos de nossos tempos. Para tanto, nos valem de quatro autores cujas raízes estão fortemente escavadas em uma espécie de inquietação com o já dado, com o já estabelecido: Sigmund Freud, Ernst Bloch, Emmanuel Levinas e Walter Benjamin. A seu modo, cada um destes pensadores acusou a insuficiência dos conceitos para dar conta da própria vida, ou seja, propôs que o próprio do mundo é justamente ser atravessado por uma temporalidade que arranca à realidade a certeza parda de uma história já contada, restituindo-lhe, assim, a sua originalidade, a sua capacidade de sempre dizer algo diferente.

Palavras-chave: crítica, interpretação, futuro, temporalidade.

O cosmopolitismo kantiano: do melhoramento dos costumes humanos à instituição da Paz

Diego Carlos Zanella

Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4342

RESUMO

O objetivo dessa tese é o de defender o cosmopolitismo kantiano como uma proposta que vise progressivamente e constantemente organizar as relações político-jurídicas do mundo. Essa proposta possui, por um lado, claras raízes estoicas, por outro lado, apresenta os ideais iluministas da época de Kant como intrínsecos ao cosmopolitismo. Devido a isso, essa proposta não consegue desvincular muito bem as esferas do direito e da moral, as quais acabam sendo partes constitutivas do cosmopolitismo kantiano. A esfera moral apresenta a ideia de que todo ser racional deveria pensar e agir como um cidadão do mundo, respeitando os demais. A esfera política apresenta a ideia de que a cidadania mundial exige uma organização internacional que administre o direito cosmopolita. Nesse sentido, cada uma dessas esferas possui uma área específica de atuação: o domínio moral se manifesta nas relações das pessoas entre si, enquanto que o domínio político se manifesta na estruturação político-jurídica das instituições e em suas relações, sejam elas das instituições entre si mesmas ou entre instituições e cidadãos. Além disso, essa reflexão também tem que passar pela compreensão do destino humano, ou seja, pela compreensão de que o homem está determinado a viver em sociedade e nela melhorar a si mesmo, assim como também as suas instituições.

Palavras-chave: Kant. Cosmopolitismo. Moral. Direito. Política.

A Fundamentação Ética do Estado Socioambiental

Orci Paulino Bretanha Teixeira

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco(PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4350

RESUMO

A Ética Ambiental, discutida em sua dimensão jusfilosófica, corresponde aos deveres: ético e jurídico de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. No entanto, na linha temporal de nossa existência construímos um universo somente para nós. O antropocentrismo clássico, substrato filosófico da proteção ambiental regido pelas nossas razões e técnicas, expandiu o pensamento explorador dos recursos naturais, como se fossem fontes inesgotáveis de recursos à disposição do homem. É fator decisivo reformular a ideia de que o progresso a qualquer custo sustenta-se por si mesmo para a nossa mudança de pensamento e de atitude rumo à sustentabilidade ambiental. No cerne das preocupações éticas, o conceito de responsabilidade jonasiano pode ser considerado uma superação da visão antropocentrista. Desse modo, é nos primados do princípio responsabilidade, da solidariedade e da dignidade da pessoa humana que focaremos o dever da humanidade para com o ambiente, incluindo-se todas as formas de vida, uma mudança de pensamento e de atitude frente à necessidade de preservar ou recuperar a qualidade ambiental. Surge um novo entendimento da natureza baseado na ética integradora, a Ética Ambiental, voltada a todos os seres entendidos como dignos de respeito e de vida; garantidora de uma relação harmoniosa entre homem e natureza, em uma visão orgânica, uma unidade. Em face da ameaça de destruição da vida no planeta, o dever de cuidado, baseado em novos princípios, poderá abrir a possibilidade de pensarmos um futuro menos doloroso para a natureza e os seres vivos. É nesse sentido que Hans Jonas estabelece uma ética para a sociedade tecnológica: é preciso haver vida futura, reconhecendo a interdependência da vida humana com a natureza e com todas as formas de vida. A correta convivência entre todos os seres vivos e o ambiente tem amparo na Filosofia da Natureza, um dos fundamentos jusfilosóficos para conceituar meio ambiente, definindo um marco que permite interpretar corretamente essa relação. Com o retorno ao conceito de unidade formulado pelos gregos na Antiguidade, o modelo hegeliano exposto na Filosofia da Natureza sustenta, a nosso ver, o Estado Socioambiental. Estruturado em princípios como o de Ética Ambiental, com o dever primordial de não romper com as leis da natureza, o Estado Socioambiental protege, preserva o equilíbrio ambiental e recupera a qualidade de vida em um

ecossistema ecologicamente equilibrado. O caminho ora delineado aproxima de forma integradora a Filosofia e o Direito, uma visão holística, pois entendemos ser a defesa ambiental responsabilidade de todos, Poder Público e administrados, que formando laços construtivos devem auxiliar na legitimação de boas práticas ambientais, onde o cuidado passa a ser a força motriz de toda a ação. Sob o viés jusfilosófico, acreditamos que o imperativo jonasiano do dever de cuidar do ambiente é atual e essencial para a continuidade da vida.

Palavras-chave: Ética Ambiental, meio ambiente ecologicamente equilibrado, princípios responsabilidade e solidariedade.

Unidade na abordagem Política e Institucional da Justiça Distributiva na Teoria de John Rawls

Marcos Alexandre Másera

Orientador: Prof. Dr. Thadeu Weber. (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4398

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é demonstrar a unidade e a conformidade na teoria de John Rawls entre os dois usos da posição original para fundamentar os princípios e normas de justiça para a sociedade interna e para as relações internacionais. No mesmo sentido, pretende-se demonstrar que o autor norte-americano utiliza os mesmos fundamentos para a regulação da liberdade na sociedade democrática, mediante o condicionamento do exercício da mesma pelo estado de direito e pelo sistema judiciário, bem como para a regulação da soberania dos povos através de tratados internacionais e do direito de intervenção. Nestes termos, assim como a liberdade está condicionada pelas instituições e pelas respectivas normas, a soberania encontra-se regulada pelo direito internacional e pelo respeito aos direitos humanos. Na sequência, objetiva-se demonstrar a unidade da teoria rawlsiana ao definir o sistema de justiça distributiva aplicável para a sociedade interna, com a adoção de políticas públicas de transferência de renda e partilha da propriedade e da riqueza, com a mesma finalidade do dever de assistência dos povos para com as sociedades oneradas, em âmbito internacional. Complementa-se o trabalho com uma análise sobre os fundamentos para a garantia de um mínimo existencial para os cidadãos e o princípio da justa poupança.

Palavras-chave: justiça distributiva, liberdade, soberania, regulação da propriedade, transferência de renda, tributação.

Sobre a ‘Tecnificação das Mãos’(Zuhandenheit): uma leitura do esquecimento do ser na era da técnica

Jayme Camargo da Silva

Orientador: Prof. Dr. Ernildo J. Stein (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4326

RESUMO

A presente dissertação tratará do problema filosófico do conhecimento originário. Inicialmente abordará o como temos acesso às nossas vivências no cotidiano. Em um segundo momento discutirá os efeitos da técnica (tecnologia) no processo de conhecimento envolvido nestas vivências. Tematizará essa relação “acesso às vivências –Técnica” a partir de como *manuseamos* nossa existência neste processo. Para tal, utilizará como matriz teórica o pensamento do filósofo Martin Heidegger. Em se tratando de um trabalho em filosofia, estabelecer o paradigma significa definir o método do trabalho. Identificamos a temática com o desenvolvimento da filosofia heideggeriana. Heidegger investiga, nas *primeiras lições* até Ser e Tempo (1927), acerca do modo como o ser humano vivencia originariamente o conhecimento. Seu horizonte fundamental nesses escritos é dar um passo atrás na relação sujeito-objeto enquanto relação fundadora do conhecimento. O ponto culminante desse desenvolvimento é a questão da manualidade-do-mundo em Ser e Tempo. Tal noção é a responsável por demonstrar que no âmbito ateorético originário através do ser-em de nossa existência não há separação entre sujeito e objeto. No referido contexto, é bem verdade, não há falar em sujeito e objeto. Heidegger está trabalhando com o *Dasein* ao descrever a existência do homem no vivenciar as vivências. Um objeto predicável qualquer, antes de ser sujeito ou objeto de uma predicação é um ente à mão do *Dasein*. Isso significa ser um instrumento histórico do *Dasein* vivenciar as ocupações da época histórica em que está existindo. Logo, como ganho de Ser e Tempo, o filósofo elaborou o tempo (temporalidade –*Zeitlichkeit*) como o sentido do ser. A virada no seu pensamento significa passar a investigar a temporalidade como abertura do ser em geral. Abandona-se o ser como conceito transcendental –mesmo enquanto manual do *Dasein*–para se pesquisar o tempo enquanto abertura histórica de época. Heidegger passa a re-interpretar a história do ocidente a partir da abertura de época que cada princípio metafísico constituiu. Ideias, substância, cogito, eu transcendental e vontade de poder são os princípios que designaram como cada época na história do ocidente teve *acesso* à realidade. Com a vontade de poder nietzscheana o homem chega à técnica moderna. Ela se torna o princípio com o qual se dá o acesso ao conhecimento. Esta dissertação demonstrará o fenômeno da “tecnificação das mãos” como consequência da era da Técnica no modo de acesso originário ao conhecimento.

Palavras-chave: Heidegger, conhecimento, manualidade, Técnica.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 2	Novembro 2012	p. 266-275
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Inconsistência e Racionalidade: uma introdução ao paradoxo do prefácio

Lucas Roisenberg Rodrigues

Orientador: Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4408

RESUMO

Esta dissertação visa a explicar o problema conhecido como “Paradoxo do Prefácio” e também avaliar algumas das principais soluções sugeridas na literatura sobre o assunto. O Paradoxo do Prefácio é uma situação na qual, aparentemente, uma pessoa possui um conjunto de crenças inconsistentes e racionais. Como a consistência é considerada um dos requisitos mais básicos e fundamentais da racionalidade, o paradoxo tem recebido atenção crescente e suscitado reações diversas desde que foi, pela primeira vez, trazido a público. Ao longo da dissertação, também procuro mostrar que o paradoxo pode ser generalizado e que aponta para um problema importante e de difícil solução.

Palavras-chave: epistemologia, racionalidade, inconsistência, Paradoxo do Prefácio.

A epistemologia do testemunho na visão reducionista

Patrick Roger Michel Almeida de Brito

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Mattos Müller (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4400

RESUMO

Este trabalho abordará a Epistemologia do Testemunho na visão da teoria Reducionista, tendo em perspectiva a discussão entre esta, e o Antirreducionismo, acerca do papel do testemunho na justificação da crença. Dessa forma, tentaremos promover uma investigação das possibilidades epistêmicas do testemunho que, do ponto de vista reducionista, parece não ter relevância como elemento transindividual na formação da crença. Em um primeiro momento, como objetivo geral, pesquisaremos a natureza e origem do Reducionismo, a partir das razões históricas quanto ao papel do testemunho na justificação das crenças, de acordo com o pensamento de David Hume. No segundo capítulo faremos uma análise da versão Reducionista Local proposta por Elizabeth Fricker, sua noção de fidedignidade *prima facie* alternativa ao *a priori* Antirreducionista, bem como sua concepção acerca do papel epistêmico do testemunho na justificação da crença nele baseada. Em contraponto, traremos a crítica de Peter J. Graham quanto à exclusão do testemunho como elemento epistêmico relevante para a justificação. Graham propõe a conjugação de razões inferenciais e não inferenciais para a justificação da crença testemunhal, afirmando que o testemunho não é um elemento secundário ou irrelevante na aquisição de crenças.

Palavras-chave: Fricker. Reducionismo. Testemunho.

Feuerbach e o Ateísmo Antropológico

Paulo Airton Hartmann

Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4399

RESUMO

Feuerbach responde à pergunta: de onde e como surge a religião? O homem, dotado de inteligência e consciência, é capaz de pensar-se como indivíduo e como espécie. Como indivíduo percebe-se limitado. Como espécie descobre a sua essência. Sua essência e todas as suas potencialidades e desejos ele as projeta para fora de si e as chama Deus. Feuerbach, com seu ateísmo, quer restituir ao homem a dignidade perdida e demonstrar que a teologia é, na verdade, uma antropologia. Por fim faz-se a crítica da crítica de Feuerbach.

Palavras chave: Feuerbach, Ludwig. Antropologia Filosófica. Religião. Crítica.

Filosofia e Desrazão: poder, resistência e estética na História da Loucura de Michel Foucault

Federico Leonardo Duarte Testa

Orientador: Prof. Dr. Nythamar de Oliveira (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4408

RESUMO

O trabalho aqui realizado apresenta uma possibilidade de releitura da *História da loucura* a partir da reintegração do primeiro prefácio escrito ao livro e sua problemática. Interroga a *História da loucura* sobre uma possível filosofia da experiência, uma ontologia, e ainda, uma estética, pouco ou precariamente explicitadas no livro. Na vizinhança do projeto de interrogação da alteridade, dos limites, da transgressão, da proscricção, uma das indagações fundamentais do livro é vista como sendo aquela sobre a cultura e sobre a história. Trata-se da pergunta por suas condições de possibilidade, por aquilo que permanece para elas como impensado ou esquecido, e a estrutura fundamental de exclusão e segregação que as constitui. Foi a partir da noção de *arqueologia do silêncio* que se colocou, na dissertação, a pergunta sobre o *que* foi silenciado (a própria loucura), e, por outro lado, pelos gestos, ações e processos que reduziram esse sujeito ao silêncio, ou seja, a história dos procedimentos de poder correccionais e policiais que se constituem em relação aos insensatos e as instituições que os abrigam. É como uma arqueologia dos processos de captura e confinamento dos loucos - que os privam de sua linguagem - que a arqueologia consegue abordar as condições de possibilidade da instauração da doença mental como objeto de conhecimento e terapêutica, e da medicina mental como saber científico. Essa ideia de silêncio levou, enfim, à discussão das principais formas de ação do poder na *História da loucura*, bem como a um esboço precário das formas de resistência vinculadas às transgressões dos interditos de linguagem. Com isso, tentativa aqui esboçada foi a de ligar a *História da loucura* à reflexão de Foucault sobre a arte, a literatura e a linguagem, perguntando por uma estética na *História da loucura*, a partir da discussão sobre a imagem, o visual e o visível na obra do autor, bem como as relações da loucura com a arte e as dimensões estéticas associadas à desrazão enquanto conceito cultural. A dissertação discutiu o papel da arte e da estética no projeto filosófico empreendido por Foucault na *História da loucura*, bem como sua posterior autocrítica e reinterpretação da obra.

Palavras-chave: Loucura. Experiência. Arte. Estética. Poder. Resistência. Arqueologia.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 2	Novembro 2012	p. 266-275
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------